

NOTAS SOBRE O PROCESSO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NO MARAJÓ-BREVES E SUAS CONSEQUÊNCIAS: um futuro à (re) construir

Elenise Pinheiro Ramos¹

Aldair de Oliveira Rodrigues²

Diones Leite dos Santos³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir as relações sociais na região do Marajó – Breves após a extração excessiva dos recursos naturais, o que aumentou drasticamente a desigualdade social e mudanças nos costumes da população local. Isso porque os recursos financeiros oriundos da extração dos recursos naturais da região não foram investidos na localidade de onde foram extraídos, sendo enviados para outras localidades, contribuindo para o grande crescimento das desigualdades locais, tendo na pobreza uma de suas faces.

Palavras-chaves: extração excessiva, desemprego, faces da pobreza, exploração.

ABSTRACT

This article aims to discuss the social relations in the region of Marajo - Short after the excessive extraction of natural resources, which has dramatically increased inequality and changes in social customs of local people. This is because the funding from the extraction of the region's natural resources were not invested in the locality where they were extracted and sent to other locations, contributing to the rapid growth of local inequalities, and poverty in one of their faces.

Keywords: excessive extraction, unemployment, exploitation faces, poverty.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal Pará (UFPA). leninhag3@hotmail.com

² Estudante de Graduação. Universidade Federal Pará (UFPA). aldair_nbs@hotmail.com

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal Pará (UFPA).

1. INTRODUÇÃO

No atual modelo socioeconômico, a região do Marajó – Breves, encontra-se em uma situação de contradição, sendo uma região tão rica naturalmente, mas pobre pelas expressões sociais geradas pela “questão social” oriunda da relação capital/trabalho. Os valores tradicionais das famílias breveses foram sendo esmagados com a entrada das indústrias madeireiras, o modelo de produção racional se tornou exploratório, sendo que o extrativismo vegetal (coleta do açaí, da pupunha e de outros produtos) tem sido considerado primitivo e pouco produtivo, todavia sendo uma forma de sobrevivência sustentável e acessível e de domínio à população, e por isso, tem merecido pouco apoio para sua modernização.

Hoje, famílias ligadas às madeireiras derrubam árvores não mais de grande porte, mais de pequeno em razão das derrubadas excessivas das referidas, para eles o extrativismo deve ser abandonado, e deve ser substituído por atividades econômicas mais “modernas”, sendo que estes esperam incentivos do governo para darem início às atividades desejadas, porém, sabemos que isso, comumente, não ocorre, pois o Governo Federal, em seus Planos, Programas e Projetos para a região, têm privilegiado apenas o grande capital, como é apresentado na tabela abaixo acerca do que é destinado aos produtores da agricultura familiar e assentados da Reforma Agrária através do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), como coloca Pimentel (2009)⁴

Tabela 1 – Distribuição do PRONAF por categoria de renda

Ano	Categoria A (%)	Categoria B (%)	Categoria C (%)	Categoria D (%)	Categoria E (%)
1999	21	1	22	48	8
2004	13	7	25	37	12

Fonte: Mattei (2005) *apud* Pimentel (2009).

4 “O PRONAF concede o crédito a partir dos grupos: 1) Grupo A, para assentados da reforma agrária; 2) Grupo B, agricultores com renda anual familiar bruta até R\$ 2.000,00; 3) Grupo C, agricultores com renda anual familiar bruta acima de R\$ 2.000,00 e inferior a R\$ 14.000,00; 4) Grupo D, agricultores com renda anual familiar bruta acima de R\$ 14.000,00 e limitada a R\$ 40.000,00; e 5) Grupo E, agricultores com renda anual familiar bruta superior a R\$ 40.000,00 até R\$ 60.000,00.

A tabela acima, revela que o incentivo à agricultura familiar (esta sendo sustentável e provedora de escoamento igual da riqueza produzida para e pela população local) privilegia as famílias que já possuem uma renda familiar mais estável, e, portanto, em si mais fortalecida, em contraste com os pequenos produtores rurais.

Os projetos de desenvolvimento para região previstos pelos diversos níveis de governo, Estadual e Federal, possibilitaram a movimentação ampla dos recursos naturais, através de ciclos, como o da borracha e, mais recentemente, o da madeira. Todavia, essa grande riqueza criada pela extração dos recursos naturais, não desenvolveu o município de Breves, sendo direcionada para o capital externo, seja à nível nacional ou internacional, o que agravou os processos de concentração de renda e aumentou as taxas de desigualdade social.

2. ANÁLISE DO HISTÓRICO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE BREVES

Historicamente, sabe-se que a economia baseada nos ciclos econômicos não é sustentável por muitos anos, principalmente quando a cadeia produtiva se restringe a um único produto. Toda a economia local depende do desenvolvimento daquela determinada cadeia produtiva, foi que aconteceu com o ciclo da borracha em Breves e, recentemente, com o da madeira. O processo de extração sofreu grande declínio, gerando o fechamento de madeireiras e indústrias ligadas ao setor, ocasionando grande desemprego para a população brevesense, revelando que o desenvolvimento planejado pelos diversos níveis de governo para a região não foi capaz de formular outras alternativas para desenvolver o potencial da região para que, com isso, houvesse a desconcentração de renda e a diminuição das desigualdades sociais.

O alto nível de desemprego e a ineficácia da fiscalização contribuiu para a derrubada clandestina de madeira. Esta torna-se, para muitos trabalhadores locais, um meio de subsistência, uma forma dos manterem suas famílias e ao mesmo tempo esta ocupação é uma forma de emprego infrutífero, que gera um vício empregatício, devido a população não conhecer e/ou ser capacitada para exercer outro tipo de ofício que não seja o da extração vegetal.

A economia extrativista florestal, frequentemente, não emprega mão de obra especializada ou qualificada e, por isso, o fechamento das madeireiras não apenas desempregou grande parte da população ativa do município, mas também deixou sem renda muitas pessoas que não têm qualificações necessárias para trabalharem nos poucos empregos que a região oferta, reconhecendo aí mais uma falha e/ou descaso

do Governo: não incentivar a qualificação profissional investindo na educação da população local. Tendo em vista que no mundo globalizado em que vivemos exige-se cada vez mais pessoas especializadas/capacitadas.

No atual estágio de expansão do capital, que é marcado pela grande interação e interdependência entre pessoas, outra consequência bastante visível na localidade foi o grande fluxo migratório de pessoas para outras regiões, pelo motivo de não encontrarem um meio estável de sobrevivência.

Grande parte da renda das famílias de Breves é oriunda de programas de transferências de renda, como o Bolsa Família, reproduzindo, assim, apenas benefícios focalistas aumentando cada vez mais as expressões da questão social, e tornando, muitas das vezes, os/as “beneficiados (as)” do Programa em pessoas acomodadas, fazendo com que estas não lutem pelos seus direitos e que fiquem apenas à espera do “benefício”.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar que o referido Programa aumentou o poder aquisitivo da população de baixa renda, não somente da local mais, como é sabido, à nível nacional. O que nós queremos dizer é que: se o Programa (não somente o Bolsa Família, mas todos os que o Governo faz uso) existe e abrange boa parte da população, então este deveria ser melhor elaborado para que não apenas fornecesse o imediato, atuando com medidas focalistas/imediatistas, mas que também dê todo o aparato necessário para que os recebedores pudessem ser incentivados à adquirir sua autonomia.

Segundo o Relatório de Informações Sociais do Bolsa Família e do Cadastro Único, o número de habitantes de Breves cadastrados, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010, foi de 92.865 habitantes, sendo que destes 9.399 famílias estão no perfil das denominadas “famílias pobres” que sobrevivem com renda per capita de até R\$140,00, e 13.524 famílias no perfil do Cadastro Único (às chamadas de “famílias de baixa renda” que sobrevivem com renda per capita de até meio salário mínimo), todavia, do total geral de habitantes, 9.840 famílias recebem o Bolsa Família⁵, em fevereiro de 2011, e 11.717 famílias cadastradas no perfil do

5 “O total de famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R\$ 140,00 não corresponde ao total de famílias que possuem perfil para serem atendidas pelo PBF e tende a ser maior que esse. Isso ocorre porque as famílias com renda familiar per capita entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00 só têm direito ao benefício caso tenham filhos com idade entre 0 e 17 anos (cf. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004).” (RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS DO BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO, 2011, p. 2)

Cadastro Único (o relatoria não divulga o número de famílias válido do Cadastro Único).

Tendo conhecimento destes dados, nos remetemos à uma questão: se houvesse um trabalho em prol da autonomia destes “beneficiados”, o (s) Programa (s) não teria (m) maior êxito, no que cerne à emancipação destas famílias?

Sendo, assim, vemos que a realidade é extremamente complexa e contraditória, uma vez que as políticas sociais em Breves foram sempre deixadas em segundo plano, visto que o desenvolvimento econômico, caracterizado pela concentração de renda gerada por um modelo de desenvolvimento monopolista, ocasionou uma insuficiente e/ou ineficaz resposta do Estado, no que cerne às políticas públicas para a região.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região do Marajó é um dos mais baixos do Brasil (0,63), quase 80% da população vive abaixo da linha da pobreza, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), grande parte das famílias sobrevive com menos de um salário. Temos como consequência dessa situação de miséria na região do Marajó, a destruição da estrutura familiar, abrindo, assim, fendas para os vícios e para violência doméstica.

Marajó, terra de contradições, rica pela própria natureza, pobre pelas desigualdades sociais, que triste situação ter o menor IDH da nação (DIONES LEITE).

A ausência do Estado na região é notória, na desigualdade social, tendo na pobreza, uma de suas faces, contribuindo para a exploração sexual de crianças e adolescentes que cresce diariamente, já que estas estão sendo expostas às perversidades de indivíduos exploradores. Homens que navegam na região em balsas de transporte comercial se aproveitam da inocência de nossas crianças que não têm o mínimo necessário para sua subsistência e que, em muitas das vezes, são induzidas pela própria família à exploração sexual o que torna as crianças/adolescentes alvo fácil dos aliciadores e/ou exploradores para serem prostituídas, devido este método ser o único à ser utilizado para a obtenção de meios para a sobrevivência para o restante da família, já que, comumente, os pais ou responsáveis não trabalham.

A cidadania destas vítimas acaba sendo gradativamente negada pelo silêncio das autoridades e pelo descaso de grande parte da sociedade que em pleno séc. XXI,

ainda se cala. Eis a realidade que ocorre em Breves, que interpela nossa responsabilidade individual e consciência coletiva, quanto à proteção, cuidado e resgate de nossas crianças/adolescentes.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS EM BREVES: um futuro a (re)construir

Hoje, Breves precisa de investimentos necessários para desenvolver o seu potencial, gerar empregos diminuindo as desigualdades sociais, uma vez que a região é rica em recursos naturais e já foi a maior produtora de arroz de várzea do Estado, como menciona Herrera (2003, p. 41) que:

Na década de 70, e até a primeira metade da década de 80, a rizicultura ocupou um importante papel, mas devido à ausência de incentivo governamental e dificuldade de obtenção de crédito, atualmente a área colhida de arroz no município de Breves não corresponde nem a 10% da área colhida há 20 anos atrás, (...). Em 1974, segundo o IBGE, a produção de arroz colhida em Breves foi de 3.600 toneladas, mas em 1995 não ultrapassou as 360 toneladas.

A exploração correta do seu enorme potencial florestal possibilitaria o desenvolvimento e a produção de novos alimentos, novas espécie de frutas ainda não conhecida pelo mercado nacional e internacional.

4. CONCLUSÃO

Portanto, acerca da utilização dos recursos naturais no Marajó-Breves e suas conseqüências, temos, com total certeza, uma má utilização destes culminando no aumento alarmante das expressões da “questão social” na localidade.

Mesmo com a cidade encontrando-se em um ponto estratégico de riqueza natural e sendo portadora de uma vasta riqueza neste aspecto, encontra-se envolta de uma situação de total contradição, devido obter uma vasta riqueza natural, mas, em contrapartida, obtém um grande índice de vulnerabilidade social.

Isso tudo se dá, como mencionamos acima, devido às políticas econômicas voltadas para o desenvolvimento de a região estarem fadadas a tornarem-se apenas ciclos produtivos, que mais cedo ou mais tarde chegam ao final e deixam um enorme rastro de pobreza, de desigualdade social. Isso ocorre devido à instalação de grandes empreendimentos na região que apenas instalam-se aqui, pois vêem a região como um pólo produtor de mão de obra e matéria-prima de baixo valor.

E, como mencionado, quando esses grandes empreendimentos econômicos retiram-se da região fica um rastro enorme de desigualdade social, como ocorreu aqui em Breves com o ciclo da borracha e o da madeira, vale colocar que para intervir nisso, o Estado, não promoveu alternativa alguma, pois, como vimos, este desenvolve a idéia de que o desenvolvimento de uma localidade fica a cargo do empreendimento econômico que instalou-se nela, e como sabemos dá-se início, com a saída do empreendimento, a contrapartida do Estado, que se dá através da promoção de “benefícios assistenciais” de redistribuição de renda, que, comumente, acabam por ser instrumentos de “políticas de intervenção” assistenciais focalistas/imediatistas que visam apenas fazer com que a população que encontra-se em maior estado de vulnerabilidade social consiga o mínimo possível para a subsistência, sendo que o valor repassado a estas não supre nenhuma das necessidade que uma família têm de maneira completa.

Frente à potencialidade de riqueza, tem-se consciência de que existem condições favoráveis tanto a nível político, como tecnológico, capazes de transformar essa diversidade em bem econômico e riqueza para a população, se não como um todo, ao menos em parte significativa dela. No entanto, é necessário também ter clareza de que este processo deverá ser construído por nós, trabalhando na formação cultural de um padrão evolutivo de civilização e dignidade humana, que não faça “cidadania pela metade”, mas um cidadão com direito à moradia, à educação, à saúde, viabilizando à este o direito de ser cidadão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório de Informações Sociais do Bolsa Família e do Cadastro Único**. 2011.

HERRERA, José Antônio. **Dinâmica e desenvolvimento da agricultura familiar: o caso de Vila Amélia – Breves/ Pará**. (Dissertação de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). 2003.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir**. Estudos Avançados 16 (45), 2002.



PIMENTEL, Chris. **Impactos sociais das políticas de incentivo a agricultura familiar: O caso do município de Igarapé-Miri/PA.** Belém: [s.n.], 2009.

Sites:

Sistema de Informações Territoriais. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 28/02/2011.

Disponível em:

<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/marajpa/one-community?page_num=0>. Acesso em: 28/02/2011.

Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas//pronaf>>. Acesso em: 28/02/2011.